



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### ATA Nº 2/2015

----- Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

#### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

#### ----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 1/2015 referente à reunião ordinária de 9 de janeiro. -----

----- Aprovada a ata n.º 1/2015 por maioria com uma abstenção do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por não ter estado presente na reunião.-----

#### ----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: seiscentos e oitenta e um mil, trezentos e oitenta e um euros e vinte e seis cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e cinco mil, seiscentos e trinta e nove euros e trinta e oito cêntimos. -----

#### ----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

#### ----- ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- PARECER DA AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA SOBRE O PROJETO DE DECRETO-LEI N.º 176/2014, QUE ALTERA O DECRETO-LEI N.º 68/2010 E ALTERA OS ESTATUTOS DA VALORSUL – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DAS REGIÕES DE LISBOA E DO OESTE, S.A. -----

----- **BENEPEC E AGRO-VALINHOS – REGULARIZAÇÃO** -----

----- **EDITAL – LUTA OBRIGATÓRIA CONTRA O ESCARAVELHO DA PALMEIRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos e deu conhecimento do despacho n.º 7/2015 de 21 de janeiro que designa a Coordenadora Técnica da Subunidade de Atendimento, Expediente Geral e Apoio aos Órgãos do Município, Maria da Luz Carreira Farelo, para preparar as agendas, assistir às reuniões da Câmara Municipal, elaborar e assinar as respectivas atas e assegurar o expediente do órgão executivo. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Sobre o trabalho desenvolvido pela Dra. Carla Capitão deixou uma palavra de gratidão e reconhecimento.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente ao desempenho da Dra. Carla Capitão referiu que esta lhe ia deixar muita saudade. Ao longo do tempo sempre revelou uma extraordinária disponibilidade pessoal para atender as solicitações feitas. Referiu que nas suas novas funções, com certeza que vai fazer muito mais pela instituição e pelo Concelho de Rio Maior.-----

----- Sobre a Valorsul referiu a necessidade dos municípios, através das comunidades intermunicipais e ANMP, tomarem posições conjuntas, a fim de evitar que a questão dos resíduos sólidos urbanos transite de forma menos adequada para mãos de privados. Solicitou informação sobre ponto da situação sobre as diversas sugestões ao nível da CIMLT e ANMP:-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente ao trabalho desenvolvido pela Dra. Carla Capitão, referiu subscrever as palavras proferidas, agradecendo todo o empenho e disponibilidade demonstrada.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Subscreveu tudo o que foi dito sobre o trabalho desenvolvido pela Dra. Carla Capitão, referindo que esta alteração se prende apenas com a reorganização do serviço e dado o seu grande conhecimento de um conjunto de outras matérias, fica assim mais liberta para desempenhar outras funções.-----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Iniciou a sua intervenção reportando-se ao simbolismo do dia mundial da liberdade que se comemora nesta data, opinando ser o bem mais precioso para o ser humano, para além da saúde. Questionou que liberdade é esta a que se assiste, não só em Portugal, como na Europa e no Mundo, pois ainda há muitos escravos, muitas crianças que morrem de fome e onde ainda há falta de água potável. Aditou que os melhores quadros ausentam-se do País porque não têm condições e ao contrário do que se faz crer, as condições de vida estão a degradar-se de ano para ano e a própria Europa dá agora razão à CDU, pois vai injetar na economia milhões de euros. Parecia-lhe que, aqueles que têm responsabilidade governativa não têm como sentido a valorização da liberdade individual, mas sim a defesa de interesses especulativos, desperdiçando recursos humanos, acentuando as desigualdades, daí que todos devem refletir e dar um pequeno contributo para alterar este modelo.-----

----- Relativamente às questões de saúde perguntou qual o ponto da situação em relação à unidade de saúde de S. João da Ribeira e Ribeira de S. João que fica sem médico a partir do dia 31 de janeiro, assim como o ponto da situação relativo à degradação da qualidade dos serviços de saúde na freguesia de Alcobertas.-----

----- Perguntou qual o ponto da situação do processo relativo à EN 114 e solicitou que o mesmo lhe fosse disponibilizado em formato digital, para assim dar continuidade aquilo que foi dito na última Assembleia Municipal no sentido do seu partido intervir na Assembleia da República.-----

----- Questionou ainda para quando estava previsto a assinatura dos contratos inter administrativos e os protocolos com as Juntas de Freguesia.-----

----- Reportou-se à reunião da comissão de trânsito e perguntou se tinha sido tomada alguma decisão quanto à toponímia. Referiu que ainda não recebera cópia do ofício sobre a colocação de sinalização de travessia de animais no Vale da Rosa.-----

----- Gostaria também de saber o que é necessário para que a recomendação da Assembleia Municipal dos últimos oito anos, relativamente à colocação da toponímia, possa ser concretizada.-----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes e desejou um bom ano de 2015.

----- Começou por agradecer as palavras relativas ao simbolismo do Dia da Liberdade que se assinala.-----

----- Contrariamente ao que afirmara em reuniões anteriores de que se sentia triste pelo facto da atividade cultural e a política cultural do Concelho não ir no bom sentido,

enaltecia agora o concerto de Ano Novo realizado no Cineteatro de Rio Maior. Opinou ser com estas pequenas iniciativas que a Câmara Municipal toma que valoriza e incentiva o associativismo cultural que se vai desenvolvendo no Concelho. Com este concerto Rio Maior associa-se às boas práticas culturais europeias, lembrando uma tradição da velha europa com os concertos de Ano Novo realizados em Lisboa, Viana de Áustria e Praga, práticas estas que proporcionam felicidade às pessoas e disse que a liberdade passa muito pela criação no seu sentido lato, pois quando se constrói algo ou se assiste a essa criação, todos ficam mais felizes.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Fez referência à compra de dívida pública por parte Banco Central Europeu, questionando porque razão esta intervenção não fora mais cedo evitando assim que muitas empresas tivessem falido e preservando muitos postos de trabalho. Quanto teria a economia evoluído se essa intervenção tivesse acontecido mais cedo. Considerou que apenas aconteceu neste momento porque isso interessa a alguns poderes instalados que nada têm a ver com politica, enquanto gestão da causa pública em prol das populações, mas sim com os interesses daqueles que interferem efetivamente com os meios financeiros e querem condicionar a partir daí as “nossas” vidas e a forma de estar em sociedade.-----

----- Relativamente às mortes ocorridas nas urgências dos hospitais questionou quantas pessoas morreram para só agora haver disponibilidade para contratar mais enfermeiros e mais médicos e também para recorrer ao sistema privado de saúde, vendo a sua importância como complemento nesta situação de emergência. -----

----- Sobre a situação financeira das freguesias e do movimento associativo, referiu ter consciência das suas dificuldades e espera que possam receber em tem oportuno os meios financeiros de que carecem para que assim possam desempenhar as suas atividades, sendo que o empréstimo de curto prazo poderá resolver algumas questões do meio associativo, nomeadamente estarem presentes nas Tasquinhas.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Congratulou-se com o concerto de Ano Novo promovido pela Associação Cultural do Concelho de Rio Maior, com a estreia do seu coro, desejando que desenvolvam um trabalho frutuoso e com bastante sucesso. Reportou-se também às excelentes participações da Filarmónica de Cabanas de Torres e da Filarmónica de S. Sebastião. Seguidamente endereçou os parabéns à Banda Filarmónica de S. Sebastião pela elevada qualidade com que presenteou a plateia e disse que a Banda soube mostrar-se com qualidade, por competência do seu maestro e dos seus músicos,

demonstrando estar ao mais alto nível comparando com outras bandas que todos elogiam esquecendo por vezes o mérito existente no Concelho. Disse que vai ser dado conhecimento deste reconhecimento a citada Banda Filarmónica.-----

----- Sobre a falta de publicidade dos espetáculos realizados no Cineteatro e também de outros eventos realizados na cidade informou que isso se devia a incertezas relativas a algumas dessas atividades. Assim, durante este mês, para além do Concerto de Ano Novo deu conhecimento da exposição de pintura “Fragmentos da Imaginação” também patente na Biblioteca Municipal, assim como o espetáculo “Queria Cantar Portugal” com a participação de Gonçalo da Câmara Pereira e promovido pela Fundação António Quadros. Informou também que a 31 de janeiro e 7 de fevereiro é apresentada a peça de teatro “No Limite” com encenação do Dr. Fernando Costa. Ainda em fevereiro irá decorrer também no Cineteatro a “Gala Personalidades do Ano”, organizada pelo “Mirante”, escolha esta que a todos orgulha o Concelho. No mês de março realiza-se a 21 o “Bagatunaço”, acompanhado de exposição de uma artista riomaiorense que ainda não tivera oportunidade de expor no seu Concelho. A 28 de março realiza-se um concerto com a Orquestra Típica Scalabitana e a 29 de março é feita a apresentação do último CD gravado em vida pela acordeonista Eugénia Lima. No âmbito das comemorações do “25 de Abril” informou que no dia 11 de abril haverá um espetáculo com Paulo de Carvalho.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Informou que no próximo domingo vai realizar-se a XXIX estafeta “Alcanena/Rio Maior”, organizada em parceria com a Câmara Municipal de Alcanena. No dia 30 de janeiro vai realizar-se no Centro de Negócios de Rio Maior um seminário sobre o programa “Erasmus +” virado para a área da Juventude e da Educação. Informou também que no próximo fim de semana se realiza a VI Convenção Nacional dos Jogos Tradicionais”, organizada pela Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, em parceria com a CMRM. Adiou que pela boa organização feita em 2012 Rio Maior foi escolhida para acolher esta edição. Também significando que Rio Maior está a afirmar-se no desporto, não só nas modalidades mais comuns, mas também nos jogos tradicionais que são património nacional extremamente importante que é necessário dar a conhecer e preservar e que deve ser também devidamente estudado. Têm o apoio do IPDJ e estuda-se também a possibilidade de haver uma licenciatura nesta área.-----

----- Também no dia 31 de março se realizam em Rio Maior campeonatos de marcha das várias distritais.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Interveio reportando-se ao Dia da Liberdade e recordou os acontecimentos do “verão quente de 74/75”, não só em Rio Maior como em todo o País. Congratulou-se por tudo ter serenado, pois a democracia e a liberdade implantaram-se, verificando-se um bom relacionamento entre todas as forças políticas, salientando que a liberdade de cada um interfere com a liberdade dos outros. Tudo o que aconteceu em Rio Maior foi muito negativo e até os carros quando saiam do Concelho não podiam ir identificados como sendo de Rio Maior. Referiu que nenhuma força política é detentora da liberdade que é um bem de todos os portugueses e se não fosse essa liberdade não estariam todos ali reunidos.-----

----- Seguidamente enalteceu o espírito de colaboração existente entre a Autarquia e as Juntas de Freguesia apesar de todas as dificuldades existentes no ano que findou estão de parabéns os Senhores Presidentes de Junta e respetivos Executivos, o que se reflete no bem estar das populações.-----

Sobre as obras a decorrer na EN1 informou que a obra está a avançar a bom ritmo. Referiu também que a EP esteve a fazer um levantamento junto à Sibelco para fazer uma pequena intervenção para minorar as inundações sistemáticas e constantes que ali acontecem sempre que chove.-----

Informou também que Rio Maior vai estar presente na Feira do Turismo com início a 25 de fevereiro e o principal cartaz é o certame Tasquinhas 2015. O município de Rio Maior apresentou candidatura à Entidade Regional de Turismo do Alentejo/Ribatejo - Prémios Ribatejo Tasquinhas, dado o aniversário dos trinta anos das Tasquinhas entendeu a Autarquia candidatar-se a este evento de carater regional e nacional. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Começou por agradecer toda a informação prestada sobre as diversas atividades culturais e também se congratulou com a realização do primeiro concerto de Ano Novo organizado pela Associação Cultural do Concelho de Rio Maior. Sobre a atuação da Banda de S. Sebastião opinou que a mesma foi brilhante quer pela atuação do maestro e dos músicos, quer pelo reportório escolhido.-----

----- De seguida leu um ofício da Escola Profissional de Rio Maior relativo à situação das Empresas Locais que detêm escolas profissionais (anexo 1). -----

----- Sobre as questões relativas à EN 114 Rio Maior, informou que o Vereador, Augusto Figueiredo podia consultar o processo. Leu o ofício enviado ao Conselho de Administração das Estradas de Portugal EP.(anexo 2). -----

----- Relativamente às questões da saúde no Concelho de Rio Maior, frisou que tem acompanhado diretamente todo o processo, estando presente em várias reuniões. Ao ter conhecimento da aprovação em Conselho de Ministro, do regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio das funções sociais da educação, saúde, segurança social e cultura, solicitou de imediato uma audiência ao Senhor Ministro da Saúde, por email, o qual leu (anexo 3).-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Agradeceu toda a informação disponibilizada, referindo que os autarcas conhecem os problemas das populações em profundidade e quanto à delegação de competências referiu que estas têm que ser negociadas, pois para serem executadas os municípios têm de ter condições para isso, não devendo as mesmas ser aceites a qualquer preço pois o que se pretende é fazer bem. Solicitou à Sra. Presidente para defender da melhor maneira os interesses das populações, podendo contar sempre com toda a colaboração necessária. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Agradeceu as palavras proferidas e disse que tentaria a melhor negociação possível. Opinou que a questão da saúde é uma situação extremamente sensível e pela proximidade existente com os munícipes são confrontados todos os dias com questões delicadas. No entanto se essa delegação de competências se reverter num benefício para a comunidade estará sempre disponível. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu as questões dos sinais de trânsito em Vale da Rosa e do que é preciso fazer para serem discutidas as recomendações da Assembleia Municipal relativas aos nomes de três ilustres pessoas: “Eugénio de Andrade, José Saramago e Alvaro Cunhal, o que não lhe foi respondido. -----

----- Seguidamente afirmou que, contrariamente ao que por vezes se pensa, nem sempre a oposição tem um papel destrutivo e deu testemunho de algumas parcerias que conseguem trazer para o Concelho o que há de melhor. Assim, lembrou a realização nos dias 28 e 31 de janeiro, pela segunda vez e desta vez só em Rio Maior, da VI Convenção Nacional dos Jogos Tradicionais no âmbito de um projeto do Instituto Português do Desporto e da Juventude integrado no programa “Desporto para Todos”. e também em parceria com a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio, num programa designado “A nós o que é nosso” salientando a disponibilidade encontrada para trazer para Rio Maior eventos de renome nacional. Chamou a atenção para a importância da atividade física para todos e também a importância de preservar os jogos tradicionais. Aditou que, como Vereador, com

responsabilidades no movimento associativo também pretendem colocar Rio Maior nessa agenda, já que muito se falará nos próximos tempos sobre os Jogos Tradicionais e a candidatura a património imaterial da humanidade. -----

----- Quanto à EN114 informou que solicitara o processo em suporte digital porque a CDU está a preparar uma intervenção na Assembleia da República sobre esta matéria e não querem que a mesma seja contraditória em relação às decisões da Autarquia. ---

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que havia um projeto que já fora objeto de alterações. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Acrescentou ainda o facto do Governo ter esquecido aquilo que a CMRM anda a exigir há seis anos sobre esta matéria. -----

----- Sobre o conceito de liberdade disse não se ter referido a nenhuma liberdade particular ou partidária e aconselhou todos a lerem uma tese de mestrado apresentado na Universidade de Coimbra sobre o verão quente de Rio Maior. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Interveio referindo-se às questões da Saúde no concelho e disse que a situação é grave e a Sra. Presidente da Câmara tem acompanhado muito bem este assunto, tendo uma intervenção ativa para a resolução do problema. Sobre a delegação de competências, por vezes o Estado pensa que as Câmaras conseguem fazer os serviços a custos mais reduzidos e este tipo de raciocínio está errado porque tem de se ter a noção da dimensão da obra. A questão se a Saúde deve ou não ser da competência da Câmara, por vezes é mais uma questão de estratégia e esta é saber o que é melhor para os Riomaiorenses. A intervenção que a Câmara está a fazer não pode ser condicionada pelo mau exemplo que tem na educação e nos transportes, cabendo neste momento negociar bem e encontrar a melhor solução para a população do concelho de Rio Maior. Se a Câmara assumir compromissos será na perspetiva da transferência dos meios suficientes para poder intervir. Outra situação é não se fazer nada e reivindicar muito bem mas daí não resultar nada de bom para a população. ----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acrescentou que, dado a Câmara já participar ativamente no apoio social tomando várias iniciativas, espera um reconhecimento de todo este trabalho e que ao ser protocolado o seja com os meios necessários. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 3/2015, DE 9 DE JANEIRO – AUTORIZAÇÃO A TÍTULO EXCEPCIONAL**



**PARA ACRÉSCIMO DE FUNDOS DISPONÍVEIS -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 3/2015, exarado pela Presidente da Câmara, no dia 9 de janeiro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou autorizar a afixação de publicidade temporária, de 09 a 15 de janeiro de 2015, para a divulgação do evento “Festa em Honra de Santo Amaro”, condicionada aos pareceres emitidos. -----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

**----- DESPACHO N.º 4/2015, DE 9 DE JANEIRO - AUTORIZAÇÃO PARA AFIXAÇÃO DE PUBLICIDADE TEMPORÁRIA -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 4/2015, exarado pela Presidente da Câmara, no dia 9 de janeiro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou autorizar, a título excepcional, que aos “fundos disponíveis” sejam acrescidos os montantes correspondentes: -----

1. ao saldo, em dinheiro, no montante de € 138.448,83 transitado da execução orçamental da gerência finda; -----
2. o montante de € 1.300.000,00 referente ao valor a receber do Imposto Municipal sobre Imóveis no mês de maio de 2015; -----
3. o montante de € 400.000,00 referente ao valor a receber do Imposto Municipal sobre Imóveis no mês de agosto de 2015; -----
4. o montante de € 600.000,00 referente ao valor a receber do Imposto Municipal sobre Imóveis no mês de dezembro de 2015; -----
5. o montante de € 515.149,80 a receber nos meses de março, junho e setembro de 2015 nos termos dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão da EDP Distribuição Energia, S.A.; -----

e que nos termos do n.º 2 do mesmo preceito, que quando os montantes autorizados nos termos dos números anteriores diverjam dos valores efetivamente cobrados ou recebidos deverão os serviços competentes proceder à correção dos respetivos fundos disponíveis.. -----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse ser um ato de gestão mas que revela o estado financeiro e as dificuldades de tesouraria que se colocam às Câmaras Municipais, devido às políticas deste Governo e que se agravaram com a aplicação da Lei dos Compromissos. Indicou o sentido de voto como favorável pois trata-se de um elemento de agilização de gestão, mas revelador do espartilho a que o poder local está sujeito. Disse ser importante que o Executivo tenha uma atitude de reivindicação e de permanente pressão para com o Governo que tem legitimidade democrática para gerir o bem público e não apenas para passar responsabilidades para os outros. Acrescentou que nunca se pagou tantos impostos em Portugal e nunca se teve tão “piores serviços públicos”.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Frisou que não dissera que ia aceitar a delegação de competências e o pedido de audiência tinha como intuito negociar e conversar, pois o município de Rio Maior já desenvolve um conjunto de serviços que não estão a ser reconhecidos.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Afirmou que a Lei dos Compromissos é violenta para eleitos e dirigentes no que respeita a assumir compromissos para os quais não haja verba disponível e o facto de ser presente a reunião de Câmara representa uma partilha de responsabilidades. Ainda sobre esta matéria e dado que os meios financeiros são escassos solicitou a especial atenção da Sra. Presidente para com as Associações e as Freguesias, que também dão resposta às populações locais.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Afirmou que logo que o empréstimo de curto prazo estiver disponível serão regularizadas essas transferências.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Relativamente à transferência de competências do Governo congratulou-se com a posição tomada pelos Senhores Vereadores eleitos pelo PS quando depositaram toda a confiança na Senhora Presidente para esta acompanhar todo o processo. Recordou que este concelho sempre foi pioneiro quando se tratou de chamar a si competências, nomeadamente quanto à gestão dos refeitórios, em que foram poucos os municípios a nível nacional que o fizeram. Disse entender a posição tomada pela Senhora Presidente de tentar perceber e negociar o que é possível de melhor para Rio Maior, posição que deve ser apoiada, esperando a obtenção de bons resultados, pois o município de Rio Maior há anos que assumiu competências na área da educação e da saúde.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Afirmou que a posição do PS é de coerência pois não se poder afirmar que o

atual Governo esvazia o poder local e quando surgem hipóteses de assumir responsabilidades, não se assumem. Devem os municípios estar disponíveis para essa negociação e para essa prestação de serviços. Concordou que houve experiências que correram menos bem, nomeadamente no caso da educação em que o Governo decidiu unilateralmente aumentar a escolaridade obrigatória e os encargos ficaram para os municípios. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DESPACHO N.º 5/2015, DE 16 DE JANEIRO – ADJUDICAÇÃO DO EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 900 000,00€, DESTINADO A OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA, COM PRAZO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015, TAXA DE JURO INDEXADA À EURIBOR A 3 MESES, ACRESCIDA DE SPREAD DE 1,24% À CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 5/2015, exarado pela Presidente da Câmara, no dia 16 de janeiro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou adjudicar o empréstimo de curto prazo, até ao montante de 900.000,00€, com prazo até 31 de dezembro de 2015 e taxa de juro indexada à Euribor a 3 meses acrescida de um spread de 1,24%, nos termos da proposta apresentada, à Caixa Geral de Depósitos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre o empréstimo de curto prazo disse que ia votar a favor, pois era para ocorrer a dificuldades de tesouraria. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO II – CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO DE ESTRADA SITA EM CRUZ NA FREGUESIA DE ALCOBERTAS EM NOME DE ROSÁRIA REBELO - SOLICITADORA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que a estrada que atravessa o prédio rústico, inscrito na matriz sob o artigo 110 da secção D, na Freguesia de Alcobertas e Concelho de Rio Maior, que tem como topónimo atribuído Rua do Centro de Dia, é do conhecimento e domínio público e enquadra-se no artigo 63º da Lei n.º 2110/61, de 19 de Agosto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

**----- PONTO III - CONTA FINAL DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO NORDESTE DO CONCELHO - FRÁGUAS (CENTRO ESCOLAR N.º 4) - PROC.123/2011/UCCP -**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a conta final da referida empreitada, nos termos e fundamentos constantes das informações. -----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

**----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----**

----- Referiu uma reunião com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional e aditou que se está a trabalhar no sentido de encerrar todas as candidaturas no âmbito do QREN para se iniciar o novo QCA, da qual resultará verba que poderá ser ainda objeto de candidaturas para programas mais simples. -----

**----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----**

----- Realçou os treze mil euros de trabalhos a menos apesar do valor não ser expressivo face ao custo total da obra. Salientou também o bom trabalho de fiscalização realizado pela Câmara. Sobre a ideia que a opinião pública tem de que no privado é sempre melhor, referiu haver bons e maus exemplos em ambos os casos.---- Trata-se de um bom exemplo da competência instalada num órgão público, Câmara Municipal, que soube gerir bem uma obra enaltecida por todos. -----

**----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----**

----- Disse que relevou para os treze mil euros de trabalhos a menos as condições climáticas verificadas, a capacidade de prolongar a obra por duas vezes a custo zero e também a introdução de novas formas de fazer projetos de construção civil. Aditou que pode não se concordar com um Centro Escolar daquele valor, mas do ponto de vista da engenharia civil este é um belíssimo exemplo que deveria ser fortificado. -----

----- Terminou afirmando que para concluir o QCA falta ainda concluir a Carta Educativa e o Centro Escolar de Asseiceira/Vale de Óbidos. -----

**----- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----**

----- Referiu que quando a carta educativa for revista será reavaliada a situação.-----

----- Seguidamente congratulou-se com as afirmações proferidas e afirmou que em nenhuma empreitada houve trabalhos a mais. Aditou que na quarte fase das candidaturas, devido aos preços dos concurso serem abaixo do valor base da obra e também devido aos trabalhos a menos verificados, fez- se uma gestão que permitiu fazer outras obras. Salientou o trabalho de fiscalização interna e todo o empenho dos técnicos do município que tornou sistemático verificarem-se trabalhos a menos nas empreitadas.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

**----- PONTO IV - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – PARECER PRÉVIO – ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2015 -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a proposta apresentada a 23 de janeiro do corrente ano, na qual se propõe ratificar os contratos de prestação de serviços celebrados ou renovados entre 1 de janeiro de 2015 e esta data, validando a sua celebração ou renovação; emitir um parecer prévio favorável genérico e vinculativo à celebração de contratos de prestação de serviços, que, estando sujeitos a parecer prévio nos termos legais, obedecem aos requisitos mencionados nos números 2 e 3 da proposta em apreço; e determinar que seja agendada, trimestralmente, para conhecimento do executivo municipal, relação de todos os contratos celebrados após adjudicação enquadrada ao abrigo do agora autorizado genericamente na proposta. -----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

**----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----**

----- Disse não compreender a proposta apresentada uma vez que a portaria ainda não foi publicada. Indicou o sentido de voto como abstenção. -----

**----- CHEFE DE UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO -----**

----- Informou que a portaria seria publicada a curto prazo.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com três abstenções dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

**----- PONTO V - VISITAS DE ESTUDO - ANO LETIVO 2014/2015 - PROCESSO Nº. 88/2014/CP – RELATÓRIO FINAL -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o Relatório Final do concurso em referência e a consequente adjudicação da referida prestação de serviços à empresa de Transportes Auto-Penafiel, Lda. no montante de € 6.867,00 (seis mil oitocentos e sessenta e sete euros), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor. -----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

**----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----**

----- Afirmou estar-se perante um relatório que significa só para as visitas de estudo uma mudança salutar. Opinou que se deve meditar sobre os custos anuais deste serviço que a Câmara Municipal presta e posteriormente analisar se há soluções

alternativas, porque há uma política alternativa. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI – CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE RIO MAIOR N.º 2 – PROCESSO N.º 95/2008/DCC – RECEÇÃO DEFINITIVA PARCIAL – LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação total da caução prestada pela empresa "Sociedade de Construções José Coutinho, S.A", no âmbito do contrato de empreitada identificada em assunto, nos termos da presente informação e respetivos despachos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VII – AUTORIZAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE POSTE DE SINALÉTICA DIRECIONAL NA FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE ENIF - EMPRESA NORTENHA DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA – PROCESSO N.º 24/2014 – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é indeferir o pedido de colocação de poste de sinalética direcional, com a insígnia “Continente-Modelo”, no Parque 25 de Abril (Praça da República), em Rio Maior, bem como o pedido de continuidade do suporte em causa até que o procedimento concursal esteja concluído.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VIII – AUTORIZAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE POSTE DE SINALÉTICA DIRECIONAL NA FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE ENIF - EMPRESA NORTENHA DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA – PROCESSO N.º 30/2014 – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é indeferir o pedido de colocação de poste de sinalética direcional, com a insígnia “Continente-Modelo”, na Av. Paulo VI, em Rio Maior, bem como o pedido de continuidade do suporte em causa até que o procedimento concursal esteja concluído. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável uma vez que estão a ser criadas condições para resolver a situação. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IX – PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da alínea k) do n.º1 do artigo 33º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de Regulamento dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que não houvera nenhuma proposta de alteração ao regulamento, embora pudesse ter havido a redução em dois escalões. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO X – TASQUINHAS 2015 – BILHETEIRAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a nomeação das coordenadoras das bilheteiras e demais trabalhadores adstritos às mesmas, bem como as respetivas regras de funcionamento, nos termos da informação em apreço; autorizar a atribuição do suplemento remuneratório, designado “abono para falhas”, às coordenadoras das bilheteiras e demais trabalhadores, nos termos da informação em apreço; manter o valor do ingresso, 1,50 € de sexta-feira a domingo; aprovar o desconto de 50 % no valor dos bilhetes aos portadores do cartão RM Jovem, cartão 65 e cartão de estudante (escolas de Rio Maior); e considerar o montante de 1.250,00 € (mil duzentos e cinquenta euros), para trocos a utilizar nas bilheteiras, nos termos da mesma informação. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Informou que o valor dos bilhetes se mantêm, assim como se mantem grátis de 2ª a 5ª feira. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XI – DENÚNCIA DE PROTOCOLO COM ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, DESPORTIVA E CULTURAL DE VALE DE ÓBIDOS – ANO LETIVO 2014/2015 – SERVIÇO DE REFEIÇÕES** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a denúncia do

Protocolo com a Associação Representativa Desportiva e Cultural de Vale de Óbidos. -

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Relativamente a este assunto informou que a Junta de Freguesia de Rio Maior se disponibilizara a adaptar uma sala de aulas devoluta na EB de Vale de Óbidos de forma a criar as condições necessárias para que as crianças da escola básica e do jardim de infância possam fazer lá as suas refeições. Congratulou-se com a obra executada e daí não haver necessidade de manter o protocolo por mais um ano com a associação de Vale de Óbidos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XII - PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DO LOCAL DA REALIZAÇÃO DO MERCADO MENSAL DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a proposta de transferência do local de realização do mercado mensal de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Começou por recordar que, quando em 2012 o Executivo decidiu reativar o mercado mensal e escolheu aquele espaço, fora porque na época era o espaço que reunia o consenso de todos os intervenientes, incluindo a ACIRM, a Associação de Feirantes e a população riomaiorense. Assim, passado este tempo tem-se verificado alguns constrangimentos, nomeadamente, o terreno pertencer a particulares, a marcação do piso que obriga ao encerramento do parque de estacionamento à 5ª feira, causando transtorno para residentes, trabalhadores naquela zona e clientes dos estabelecimentos comerciais. Acresce o facto de haver pó durante o verão e lama no inverno e ainda muitos dos feirantes ponderarem abandonar o mercado . -----

Estudadas as alternativas, o executivo, com a parecer favorável das associações, entendeu mudar a localização para junto do Pavilhão Multiusos onde ficará entre este e a Avenida Mário Soares com a possibilidade de crescer para a rua dos ceboleiros. Aditou que o espaço reunia todas as condições, incluindo as casas de banho do Pavilhão que poderão ser utilizadas no dia do mercado e também está localizado junto da Rodoviária do Tejo e dos centros comerciais. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Começou por dizer que, quando em 2012 o mercado mensal de Rio Maior foi instalado na zona central da cidade ainda acreditara que quando deixasse de se realizar ali, fosse transferido para um espaço devidamente infraestruturado, deixando



de funcionar em condições precárias. -----  
Referiu que todos tinham consciência do lixo e do distúrbio que existe no final da sua realização, algo com que ninguém na cidade se revê. Temia que se passasse o mesmo num espaço nobre da cidade, numa zona escolar e desportiva de excelência, pelo que não contariam com o seu apoio nesta deslocalização. Questionou ainda que tipo de mais valias trazia a Rio Maior e se era complementar da atividade comercial da cidade, bem como se os feirantes têm boas condições para vender os seus produtos. Disse que devia ser feito um estudo sobre as mais valias da realização do mercado e também se deve quantificar os custos para fazer instalações em condições e assim realizar um mercado digno. Finalizou afirmando compreender que é preciso encontrar soluções, mas esta não é solução que mereça a sua aprovação. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Disse também não concordar com a localização agora proposta, pois entende que aquela zona da cidade é de alguma qualidade urbana, com um espaço arquitetónico interessante, pelo que não lhe parecia ser o melhor local pra a realização do mercado. Afirmou nada ter contra a realização de mercados, no entanto parecia-lhe que o assunto devia merecer por parte da Câmara uma reflexão sobre os impactos positivos e negativos, assim como sobre as vantagens e desvantagens que traz para Rio Maior. Solicitou que refletissem, sobre o que seria, por exemplo em Lisboa, realizar-se um mercado mensal no Parque das Nações.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Começou por dizer que sempre fora contra o revivalismo do mercado mensal, tanto pelo espaço onde tem estado instalado, como o argumento que era para dar vida ao comércio local e à cidade. Opinou ser a favor da mudança do mercado mas gostaria que a proposta fosse integrada num plano de desenvolvimento e de novas centralidades para a cidade, podendo integrar outras funcionalidades. Alertou para a questão da segurança rodoviária que é necessário assegurar dado a concentração de alunos naquela zona, assim como ser a zona de localização dos hipermercados, fatores que no conjunto poderão originar conflitos de interesse. -----  
Também questionou se esta mediada era transitória ou definitiva e se seria objetivo do executivo integrar a gestão do mercado mensal na DESMOR, que já gere aquele espaço. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

Informou não ser intenção da Câmara que a Desmor passe a gerir o mercado mensal, lembrando que os certames “Tasquinhas” e “Frimor” se realizam naquele espaço e

com uma grande afluência de público. Referiu que por uma questão de principio os Vereadores eleito pelo PS eram contra o mercado pelas razões referidas, mas a opção daquelas infraestruturas não fora opção deste executivo e disse que o ideal seria haver um espaço onde se realizassem todas as feiras, o que não lhe parecia viável a curto prazo. Lembrou o grande investimento feito no Pavilhão Multiusos. Opinou que dever ser dada dignidade ao mercado e também considerou que o comércio de Rio Maior está espalhado por toda a cidade, considerando ainda ser uma vantagem a proximidade do Terminal da Rodoviária. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Acrescentou que gostaria de ter sido envolvido na procura de soluções para o problema referindo haver uma série de informação em falta, nomeadamente, o número de feirantes do mercado, bem como o volume de negócios envolvido, para decidir em consciência. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que o executivo poderia ter feito um outro enquadramento deste assunto, explicando o que pretendia para a cidade e para a rentabilização destas centralidades, lembrando os cinco milhões de euros investidos no Pavilhão Multiusos. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

Disse que a decisão tomada na época foi a melhor, mas cada decisão tem o seu tempo e tem de haver consenso de todas as partes envolvidas. Sobre a centralidade da cidade referiu que em termos de feiras e mercados é aquele o espaço que foi criado no passado não havendo uma zona envolvente, pelo que a solução a encontrar tem de ser sempre ligada ao Multiusos -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Começou por dizer que a CMRM não tem nenhum espaço físico ou polivalente dentro da cidade onde possa encaixar o mercado, a não ser alguns terrenos que ainda restam na Zona Industrial, ao lado da Maprel. Recordou que quando o mercado foi reativado houve uma certa pressão do comércio local que via nele uma concorrência pouco correta. Disse também que o mercado de Santana começou no Concelho de Rio Maior onde atualmente se localizam os estacionamento, mas com receio de que afetasse o comércio de Rio Maior e assim Rio Maior ficou com o lixo e o estacionamento e a freguesia de Alvorninha com as receitas do mercado. -----  
Para terminar disse que o novo local é melhor que o atual e que a sua localização não vai pôr em causa a dignidade do Pavilhão Multiusos, tanto mais que se trata de uma atividade que apenas acontece uma vez por mês. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com

dois votos contra dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida e Daniel Alexandre Pulquério Pinto e uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós votamos contra porque a realização do mercado nesta zona nobre da cidade vai contribuir para degradar aquela zona envolvente e a imagem da própria cidade de Rio Maior, cidade do desporto.” -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Abstive-me neste ponto, porque sou a favor da mudança e os elementos que tenho relativamente ao período de definitivo ou não desta opção não me foram respondidos. Não vejo no PDM nenhum projeto para incluir esta nova centralidade que acho que deve ser explorada .” -----

----- (O Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto ausentou-se a partir deste momento da reunião e justificou a saída por motivos profissionais.) -----

----- **PONTO XIII - VISTORIA DE SALUBRIDADE A EDIFÍCIO SITO EM RUA PROFESSORA D.<sup>a</sup> GUILHERMINA LOPES SOBREIRA NA FREGUESIA DE FRÁGUAS EM NOME DE JOSÉ CONCEIÇÃO MARQUES SILVA – PROCESSO N.º 7/2010** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é notificar o proprietário da obra da Fábrica da Igreja, para tomar conhecimento do auto de vistoria e no prazo de 60 dias proceder à pintura da parede danificada no interior da habitação do Sr. José da Conceição Marques da Silva e executar as aberturas de ventilação da caixa de ar, na fachada frontal, conforme acordado. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIV - CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM SALINAS, FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME MARIA JOÃO DE ALMEIDA CALADO DA MAIA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não se vê inconveniente à constituição de compropriedade ou ao aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Salinas, na Freguesia de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 27 da Secção DJ, na medida em que deste pedido não resulta qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as

disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de Março. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XV - CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIOS SITO NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE OUTEIRO DA CORTIÇADA E ARRUDA DOS PISÕES EM NOME VÍTOR MANUEL GOMES MADEIRA E JOÃO GOMES MADEIRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não se vê inconveniente à constituição de propriedade ou ao aumento de compartes para os prédios rústicos, sito em Pena, Lameirão ou Laminões, Fernão Pires; Palamão, Vale Covo, Acude e Cardosas, na União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões, inscritos na matriz sob os artigos 170, 135 da Secção 1D, 119 da Secção 1I, 59 e 4 da Secção 1J, 1 da Secção 1H, e o prédio rustico sito em Vale do Brejo, inscrito sob o artigo 32 da Secção AA da Freguesia de Fráguas, na medida em que deste pedido não resulta qualquer indicio de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XVI - CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM RIBEIRA DE SÃO JOÃO NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SÃO JOÃO DA RIBEIRA E RIBEIRA DE SÃO JOÃO EM NOME ANA MARIA DUARTE BELO – SOLICITADORA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não se vê inconveniente à constituição de propriedade ou ao aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Capitão, na União de Freguesias de S. João da Ribeira e Ribeira de S. João, inscrito na matriz sob o artigo 32 da Secção Z, na medida em que deste pedido não resulta qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XVII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE METODOLOGIA PARA REDUÇÃO DO PESO DAS AFLUÊNCIAS INDEVIDAS NO SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a proposta de Aplicação de Metodologia para Redução do Peso das Afluências Indevidas no Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **CHEFE DA UNIDADE DE OBRAS PÚBLICAS, ESPAÇO PÚBLICO, EQUIPAMENTOS E APOIO ÀS FREGUESIAS** -----

----- Referiu tratar-se de um problema que está relacionado com a afluência de águas pluviais às Etar's que se reflete na faturação mensal sempre que chove. A proposta apresentada é feita com base na média diária medida no ano hidrológico anterior, média essa aplicada ao ano em curso, de um de Outubro a 30 de Março. Disse não ser a solução perfeita, mas é melhor do que a existente.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Afirmou tratar-se de um problema gravíssimo que a empresa Águas do Oeste não quer resolver porque o contrato existente é-lhe favorável, pois paga-se a água da chuva a 0,6198 cêntimos o metro cúbico. Opinou que esta proposta representa um factor de correção de cerca de cinquenta mil euros, mas não vai ser a solução do problema. Aditou que questão resultou de um mau acordo, a exemplo de tantos outros.-----

Indicou como favorável o seu sentido de voto, mas esta solução não resolve o problema base dado que as Etar's foram feitas para recolher águas residuais e não foram feitas para cobrar e medir água da chuva.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Congratulou-se com a tentativa de minimizar este impacto na faturação, recomendando que a Câmara não desarme e que conjuntamente com as outras Câmaras tente chegar a um acordo com a empresa Águas do Oeste, no sentido de prever que em determinado espaço sejam feitas as redes separativas do efluente pluvial do efluente doméstico.-----

Aditou que, ou a Câmara quer fazer esta gestão e aí tem de fazer o investimento, e se assim for deve pedir espaço e tempo para o fazer, opinando que não pode estar com duas preocupações em simultâneo, a de arranjar participação nacional para fazer

o investimento e ao mesmo tempo pagar a dobrar à empresa Águas do Oeste.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA**-----

----- Referiu que atualmente existe uma maior pressão por parte de todos os municípios no sentido de tentar resolver esta questão.-----

Lembrou as muitas infiltrações existentes na rede e informou também que uma das urgências do atual executivo é conseguir remodelar toda a zona de saneamento da Zona Industrial de Rio Maior que tem um sistema de esgoto unitário-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “ A CDU votou a favor desta proposta técnica, mas isso não significa que o problema de base não continue e que continue a exigir, também por isso, resoluções rápidas. Aqui as Águas do Oeste têm responsabilidades, recebem dinheiro a mais do que aquilo que deviam. Não é possível manter-se a situação atual, pelo que todas as ações, até jurídicas para com as Águas do Oeste devem fazer coincidir-se. -----

A terceira razão do meu voto é para chamar a atenção que, com esta política, as Águas do Oeste transformam-se como um dos maiores poluidores do nosso rio, também, e isto também deve ser tido em conta” -----

----- **PONTO XVIII - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 900 000,00€, DESTINADO A OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA, COM PRAZO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015, COM A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar as cláusulas contratuais do empréstimo adjudicado à Caixa Geral de Depósitos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei a favor na expectativa que estas verbas sejam para efetuar as transferências para as Juntas de Freguesia e para as Associações o mais rápido possível.” -----

----- **PONTO XIX - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO CONCELHO DE RIO MAIOR PARA REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DO RIO 2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior, no valor de € 1 500,00 (mil e quinhentos euros) nos termos e fundamentos constantes da informação. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a abstenção do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **SENHOR JOÃO NARCISO VERDA DE COSTA – VALE DE ÓBIDOS – RIO MAIOR** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente ao Bairro Social de Vale de Óbidos, questionou para quando estava previsto a legalização dos terrenos, pois tinha conhecimento que o promitente comprador do lote 3 está prestes a completar o plano de pagamento sugerido pelo município e queria passar o património para seu nome. Referiu também que o município não estava a receber as verbas correspondentes ao IMI. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Disse que esta questão se tem arrastado mas a Câmara Municipal está a trabalhar para encontrar as soluções adequadas, para as diversas situações que não têm sido fáceis. -----

Disponibilizou-se para receber todos os intervenientes e esclarecê-los sobre a situação referida. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas e cinquenta e cinco minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.

**A PRESIDENTE DA CÂMARA:** \_\_\_\_\_

**A COORDENADORA TÉCNICA:** \_\_\_\_\_